

JOSÉ MANUEL SARAIVA

A ÚLTIMA CARTA  
DE CARLOTA JOAQUINA

«Quem tem coragem para enfrentar os perigos, vence-os antes que eles o ameacem.»

Públio Siro, escritor latino da Roma Antiga

## Nota do autor

O processo de transferência da Corte Real para o Brasil, em 1808, foi um dos acontecimentos mais extraordinários da História de Portugal. Foi também um gesto de coragem – ou de loucura? – da realeza governante, que só terá tido paralelo com as audaciosas jornadas das Descobertas, séculos antes.

Sobre as razões históricas que determinaram a translação do Governo de Lisboa para o Rio de Janeiro, existe vasta informação espalhada por numerosos tomos de História e muitos documentos avulsos nas bibliotecas portuguesas e brasileiras. Contudo, já no tocante à viagem propriamente dita, que levou ao Novo Mundo a Família Real e milhares de portugueses em navios mal preparados, numa aventura rumo a paragens tão longínquas, a matéria é escassa ou contraditória. Os próprios historiadores divergem quanto ao número de viajantes: uns dizem que embarcaram 15 mil passageiros; outros ficam-se pelos 10 mil.

Do mesmo modo se desconhece o número exacto de naus que integraram a frota da Armada portuguesa, também ele variando entre os 23 e os 56 navios. Comum a quase todos os historiadores é, no entanto, a referência a certos aspectos

da travessia do Atlântico: a violenta tempestade a poucas milhas da costa da Madeira, que levou à dispersão da frota; as degradantes condições em que os passageiros de todas as classes sociais viajaram, alguns dos quais levando apenas a roupa com que haviam embarcado; a escassez de provisões; a falta de higiene; e o repugnante ataque de piolhos na nau de Carlota Joaquina, que obrigou as mulheres a raparem o cabelo e os fidalgos a lançarem borda fora as suas cabeleiras.

Não obstante a ausência de elementos documentais, propus-me ainda assim fazer o relato dessa jornada na forma e do modo como a imaginei. Muito do que é descrito não passa de mera ficção, seguramente de uma suave alogia. Contudo, não sei – ninguém sabe – se a viagem para o Brasil não terá sido, afinal, ainda mais dramática, brutal e caricata do que aquela que a seguir se narra.

Minha adorada Mãe,

Não sei se quando receberdes esta carta não terei já sucumbido ao desgosto que me habita a alma como um suspiro do Demónio, ou se por vontade de Deus Nosso Senhor não terei enlouquecido tão gravemente como a inditosa mãe de meu marido, Sua Majestade D. Maria.

Triste desígnio o meu, Alteza Real!

Eu, Carlota Joaquina Teresa Caetana de Bourbon e Bourbon, criada e educada para me tornar soberana de uma Corte rica e poderosa, talvez mesmo de um império imenso, apenas me posso contentar com o simples estatuto de princesa de um fraco Reino, devasso e parasitário. Aliás, Portugal não poderia ser outro nos dias de hoje; nem outro o encanto de um Paço, afinal comum e em ruínas.

Minha sogra, rainha D. Maria, está cada vez mais insana, e meu marido e Príncipe Regente, D. João, cada vez mais cobarde. Cobarde e quase tão tolo como a própria mãe.

Ainda hoje me contaram que esta manhã Sua Majestade teve um acesso de fúria como há muito se lhe não via. Depois de despertar aos gritos e de andar quase nua a escarrar

para o chão e a bradar indecências como era seu hábito no Palácio de Queluz, onde morávamos, cuspiu para uma imagem da Virgem Maria colocada numa peanha junto à porta da residência nos Paços. Afirmava ela, na sua linguagem demencial, que a Virgem Maria matara à punhalada seu pai, o rei D. José, depois de se ter envolvido com ele numa abrasadora noite de promiscuidade.

Não me lembro se algum dia vos contei que, ainda em Queluz, D. Maria, no paroxismo das suas constantes perturbações, tinha o costume de partir relicários, insultar confessores, dizer alto e bom som que odiava crucifixos e lugares santos. Até jurava ver o Diabo a toda a hora, quase sempre a espreitar pelas frestas das portas e janelas do palácio.

Por aqui podeis ver até que ponto a loucura desqualifica e devasta um ser humano!

O problema, no entanto, é que o Príncipe Regente e meu marido não está longe da fronteira que a sua mãe alcançou. Como ela, parece caminhar a passos largos para um estado de desatino sem remédio. Mas não é deles que vos quero falar, senhora minha mãe. Nesta carta apenas irei contar, se as forças me não faltarem e a vontade não esmorecer, como foram os dias antecedentes à nossa partida de Lisboa e a viagem marítima até aqui, ao Brasil, mais concretamente ao Rio de Janeiro, donde vos estou a escrever.

Como já deveis ter tido conhecimento – as más notícias chegam sempre ao destinatário mais depressa do que as boas –, saímos de Lisboa a 29 de Novembro do ano passado, e não a 28 como previsto. Mas, até esse dia, e durante seis semanas que me pareceram anos sem fim, muitas coisas

aconteceram numa espiral de dúvida e de espanto, de que só Deus é testemunha. As repetidas ameaças de invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte; as pressões diplomáticas de Inglaterra para que as duas nações se mantivessem aliadas contra os franceses; as múltiplas reuniões do Conselho de Estado convocadas por meu marido, em que se discutia tudo e não se resolvia nada; as sucessivas e amedrontadas hesitações de D. João face aos acontecimentos militares e às notícias que chegavam à Corte num tropel de horror deixavam-me num estado de angústia difícil de explicar. E assim me deixavam porque, como Vossa Majestade sabe, meu marido vivia no Palácio de Mafra, e eu ocupava, a mais de trinta quilómetros, o Palácio de Queluz. Tão grande era a distância entre nós que as novidades me chegavam, se não distorcidas, pelo menos com um considerável atraso e por interpostas pessoas, designadamente o senhor embaixador D. Lourenço de Lima, que muito estimo.

Estando, pois, longe do centro das discussões e do local onde bem ou mal se manifestava o poder, mais não podia fazer do que me manter na expectativa de quem espera um milagre para a redenção da alma. Mas era difícil para mim aceitar uma coisa dessas. Na qualidade de princesa e futura rainha de Portugal, mais destinada a convocar do que a ser convocada, considerava, e continuo a considerar, que deveria saber tudo o que me era dado, para melhor remar contra os dissídios do Príncipe Regente, homem absolutamente incapaz de governar um Reino. Porém, ficai tranquila que, como atrás prometi, não vou continuar a maçar-Vos com assuntos respeitantes a minha sogra e a meu marido, de

quem tanto vos falei em cartas anteriores. Só mais adiante, caso a narrativa se proporcione e a lucidez me acompanhe, voltarei a falar deles, dos seus defeitos e loucuras, que, perdoai-me a blasfêmia, mais parecem inspirados nos ardis do Diabo do que protegidos pelo Senhor dos Céus. Para já, e para que Vossa Majestade e minha amada mãe possa imaginar o meu sofrimento, apenas falarei dos dias de pavor que antecederam a nossa partida de Lisboa; de como decorreu o embarque e, também, de uns tantos pormenores dessa viagem marítima que durou ao todo, imagine-se!, 77 dias. Mas não Vos atemorizeis, por amor ao Santíssimo! Estou viva e de boa saúde, e viva quero continuar nesta insólita parte do mundo, para um dia me vingar de toda a humilhação de que tenho sido vítima e, quem sabe até, conquistar o ceptro e a Coroa de um moderno e poderoso Reino.

Dias antes da nossa partida, mais concretamente a 16 de Novembro, recebi no Palácio de Queluz, de manhã cedo, a visita inesperada do meu estimado primo infante D. Pedro Carlos e do senhor marquês de Marialva com a notícia de que tinha acabado de chegar ao Tejo uma poderosa frota da Armada inglesa, constituída por sete mil homens. Não sei se por ter dormido mal, se por qualquer outro motivo que escapou à compreensão, a verdade é que fiquei em pânico. E, como Vossa Majestade sabe, por tão bem me conhecer, não sou mulher para entrar com facilidade em estados de pânico.

Que queriam eles, os ingleses? Arrasar Lisboa com os canhões dos seus navios, tomar conta do Reino e de todos os territórios portugueses de Além-Mar? Ou simplesmente

proteger a Família Real das tropas de Napoleão, que, segundo notícias chegadas à Corte, há muito tinham transposto os Pirenéus em direcção a Lisboa? Aliás, havia até mesmo quem dissesse que já estavam perto da fronteira.

Depois de ouvir com toda a atenção os relatos alarmistas do infante D. Pedro Carlos e do senhor marquês de Marialva, tomei-me de cuidados, mandei preparar um coche e, à pressa, dirigi-me a Belém na companhia de cinco poderosos guardas e do senhor embaixador D. Lourenço de Lima, que, por acaso, dormira nessa noite no Palácio de Queluz.

Belém (mas não a terra onde nasceu Jesus da Nazaré, nem onde foi coroado David, rei de Israel) fica nas margens do Tejo, de onde muitos de nós haveríamos de partir treze dias mais tarde.

Estava muito frio nessa manhã! As praias permaneciam inundadas pela maré trazida por ventos fortes, e os terrenos limítrofes encontravam-se completamente alagados. Devido ao dia cinzento e muito húmido, que parecia forrado por uma tenebrosa capa de neblina, apenas pudemos observar de longe um estranho cenário que, pela minha parte, jamais esquecerei. O Tejo estava acanhado de dezenas de embarcações, naus, fragatas, escunas, brigues, charruas de mantimentos, canhoneiras e, um pouco mais distante, talvez defronte a Oeiras, oito poderosos navios da Armada inglesa comandados, segundo o meu distinto amigo e senhor D. Lourenço de Lima, pelo almirante Sir Sidney Smith. Não sei como D. Lourenço de Lima sabia já o nome do comandante da frota, e nessa altura nem sequer me ocorreu a ideia de lhe perguntar, mas a verdade é que,

conforme vim a constatar no dia do embarque, o meu amigo D. Lourenço de Lima estava certo quanto à identidade do oficial inglês...

Deixai-me, porém, confessar que aquilo que mais me impressionou na apressada visita a Belém não foi tanto a quantidade de navios que baloiçavam quase encostados uns aos outros nas águas do Tejo, mas a presença de muitas dezenas de pessoas, que, à chuva e ao frio, se amontoavam na proximidade das praias. De que sinais de esperança ou de que medos estariam elas à espera? Sinceramente, não sei. Só sei que de repente, como se uma pedrada me tivesse atingido o crânio, me senti prestes a desmaiar. Lembro-me apenas de fechar os olhos com toda a força, ordenar aos guardas que se colocassem atrás do coche e desatar num doloroso pranto. Valeu-me o senhor embaixador que, sentado a meu lado, teve a gentileza de me enxugar as lágrimas com o seu lenço branco de seda e de reprimir aquele meu instante de agonia. Fiquei-lhe grata, pois claro, porque sem ele por perto ter-me-ia visto numa situação muito delicada. Graças a Deus não me esqueci do que Vossas Majestades, querida mãe e adorado pai, me ensinaram, era eu ainda criança: uma princesa ou uma rainha jamais deverá chorar na presença de vassalos, principalmente súbditos menores, do povo, como era o caso dos guardas acompanhantes. Há ensinamentos de berço que ficam para a vida.

Recomposta das emoções, regressei a Queluz. E, qual não foi o meu espanto quando, ao entrar no palácio, fui informada pelo senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho de que o Conselho de Estado, reunido nessa manhã em Mafra, tinha finalmente acertado vários aspectos relativos

à transferência imediata de toda a Corte e seus tesouros para o Brasil. E que apenas haviam ficado fora da discussão alguns pormenores da viagem, incluindo o inventário dos bens reais a transportar, a lista de passageiros e a data de partida.

Depois de ouvir o relato, que me pareceu deveras atemorizador, encostei-me ao umbral da porta para não cair vitimada por algum fanico e comecei outra vez a chorar. Tinha percebido que um grupo de iluminados, à frente dos quais estava o insciente D. João, decidira mudar o destino de uma Nação nobilíssima com mais de sete séculos e meio de história e de feitos extraordinários. E tudo porque meu marido e Príncipe Regente, apoiado pelo Conselho de Estado, renunciara por completo à resistência do povo e dos militares portugueses contra as tropas do desalmado Napoleão Bonaparte.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que é muito inteligente e mais bem informado do que qualquer membro da Secretaria da Guerra, sempre defendera a ideia de que o Exército português deveria esperar pelas tropas francesas, enfrentá-las e combatê-las no terreno de batalha. Claro que haveriam de morrer muitos soldados portugueses, mas com certeza não tantos quantos os franceses, para quem a terra lusitana mal chegaria para as suas sepulturas.

Na sua sabedoria e bom senso, D. Rodrigo explicava que, vindas da longínqua França, obrigadas a atravessar os Pirenéus e a cruzar a imensa Espanha, as tropas de Napoleão chegariam a Portugal – as que chegassem – já vencidas pelo medo, pela fome, pelo frio e pelo cansaço. Para ele, Portugal, mais do que qualquer outro Reino do mundo,

já havia provado que nem sempre as maiorias vencem as guerras e, por mais poderosos que os exércitos sejam ou se reclamem, não deixam de se mostrar vulneráveis do ponto de vista tático, num ou noutro aspecto. E até dava como exemplo uma histórica batalha, travada em Aljubarrota a 14 de Agosto de 1385, em que um reduzido número de tropas portuguesas, comandadas pelo rei D. João e o condestável D. Nuno Álvares Pereira, vencera sem dificuldade as poderosas Infantaria castelhana e Cavalaria francesa.